

## A Influência do Microcrédito no Desenvolvimento da Pequena Empresa

**Verônica de Sousa Gomes**  
[veronikacarolina@gmail.com](mailto:veronikacarolina@gmail.com)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Elaine Estevan Nunes**  
[elainenunes2005@yahoo.com.br](mailto:elainenunes2005@yahoo.com.br)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Cristiana Checchia Saito**  
[cristianacs@mackenzie.br](mailto:cristianacs@mackenzie.br)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Tatiana Tinoco**  
[tatiana.tinoco@uol.com.br](mailto:tatiana.tinoco@uol.com.br)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Arnaldo Turuo Ono**  
[aono@ung.br](mailto:aono@ung.br)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

### RESUMO

O objetivo do estudo é descrever conceitos de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e traçar comparação com o Microcrédito Convencional (MC), assim como estabelecer suas influências sobre a gestão do micronegócio e seus resultados. Adicionalmente, elaborou-se, um estudo dos impactos econômicos e sociais potencialmente causados pelo microcrédito. Os procedimentos metodológicos centraram em análise quantitativa de resultados financeiros, comparando-os antes e depois da tomada de crédito. A amostra foi composta por 6 estabelecimentos de um mesmo setor de atividade (3 contraentes de MPO e 3 de MC). Foram utilizados os indicadores Receita Operacional, Renda Familiar, Margem de Contribuição e, por fim, o Resultado Operacional. Os principais achados da pesquisa são de que há, na teoria, diferença importante entre o Microcrédito Produtivo Orientado e o Convencional, que podeira impactar positivamente na gestão e nos resultados do micronegócio. Empiricamente, contudo, verifica-se o não exercício da orientação ao pequeno empreendedor, peculiaridade fundamental do Microcrédito Produtivo Orientado. Da mesma forma, não se observa, ao longo do tempo, melhora significativa nos resultados dos tomadores de nenhuma modalidade de microcrédito, nem o potencial impacto positivo sobre as comunidades que os cercam.

**Palavras-chave:** Microcrédito, Microcrédito Produtivo Orientado, Empreendedor, Sustentabilidade, Análise Financeira, Gestão e Planejamento.

### 1. Introdução e contextualização

O Microcrédito representa, para o micronegócio, uma oportunidade de alavancagem no exercício das atividades do pequeno empreendedor. O Microcrédito foi popularizado mundialmente no ano de 1976, em Bangladesh, pelo fundador do Banco Grammens, Muhammad Yunus, conhecido mundialmente como o banqueiro dos pobres. No ano de 2006,

Yunus obteve relevante destaque na mídia por ter sido o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em função do alcance social de seu trabalho com microcrédito.

No Brasil, recentemente observa-se um esforço considerável no nível federal para o fomento de concessão de microcrédito, manifesto por meio do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O PNMPO foi instituído em 2004, pela medida provisória nº 226, convertida na Lei nº 11.110, de 2005. Tal como o microcrédito convencional, o microcrédito produtivo orientado é voltado a microempresas que necessitam de dinheiro para os mais diversos fins. No Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, entretanto, além da concessão do crédito, considera-se fundamental um contínuo assessoramento e monitoramento da gestão junto ao tomador, por parte da agência que concedeu o crédito.

De acordo com os preceitos do Programa, para que a pequena empresa consiga atingir seus objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade, é imprescindível que a utilização do crédito se dê juntamente com o processo de orientação, de modo a agregar valor para o negócio, seja o crédito para capital de giro, compra de equipamentos ou investimentos diversos.

Embora o argumento exposto seja sólido (de que o crédito agrega potencialmente maior valor ao negócio e incrementa sua sustentabilidade quando acompanhado de orientação), existe uma lacuna de conhecimento quanto à efetividade deste Programa recente.

Dessa lacuna de conhecimento tem-se o problema de pesquisa: o Microcrédito Produtivo Orientado exerce influência positiva e efetiva sobre o desenvolvimento da microempresa?

Como objetivo geral, tem-se explorar aspectos significativos dos conceitos de Microcrédito, Microcrédito Produtivo Orientado, os impactos do Microcrédito na comunidade e resultados financeiros antes e depois da aquisição do microcrédito.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

1. Levantar informações sobre o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, criado pelo Governo Federal como apoio e incentivo a pequenas empresas;
2. Listar, segundo a literatura, os possíveis impactos positivos do microcrédito na sociedade;
3. Analisar, teórica e empiricamente, as vantagens e funcionalidades do microcrédito produtivo orientado em relação ao microcrédito convencional;
4. Verificar melhorias incorridas em empresas tomadoras por meio da participação no Programa de Microcrédito Produtivo Orientado.

Dados os objetivos e o problema de pesquisa e considerando os conceitos que serão apresentados no referencial teórico, as variáveis conceituais são definidas da seguinte forma:

- Microcrédito Produtivo Orientado é a *Variável Independente* que pode influenciar na melhoria dos Resultados Financeiros do empreendimento tomador.
- Desenvolvimento da Microempresa é a *Variável Dependente*, que é uma função da utilização do Microcrédito Produtivo Orientado.

No presente trabalho, a estratégia para o atingimento dos objetivos e o enfrentamento do problema de pesquisa centra na análise da situação financeira de estabelecimentos nos períodos anterior e posterior à tomada do microcrédito produtivo orientado (grupo experimental). Para buscar isolar o efeito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, procede-se a análise comparatória da situação financeira de outros 3 estabelecimentos similares (grupo controle), também nos períodos anterior e posterior à tomada, com a diferença de a modalidade de microcrédito ser a convencional.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Microcrédito

#### 2.1.1 Conceito e História do Microcrédito

A palavra Microcrédito deriva da junção de duas outras palavras: *Crédito* significa crer, acreditar, confiar. Na linguagem coloquial atual, tem seu significado mais associado a algum tipo de empréstimo. O prefixo grego *Micro* significa pequeno.

O termo microcrédito encontra diferentes definições. Para Gulli (1998), consiste em serviços financeiros de pequena escala, que envolvam valores baixos, enquanto Schreiner (2001) define o termo como crédito concedido a pessoas de baixa renda.

Yunus (2000) acredita no forte impacto social gerado pelo programa de microcrédito, que serve como ferramenta às pessoas carentes que não conseguem obter recursos junto a instituições tradicionais de crédito, para o exercício de atividades produtivas. O intuito é diminuir a discrepância social existente entre as camadas e diminuir componentes de degradação humana. Para Yunus, quando uma pessoa, que nunca havia conseguido dinheiro emprestado, paga a primeira prestação, sua felicidade é imensa, pois ela provou ser capaz de ganhar o suficiente para saldar sua dívida.

Abramovay (2004) oferece que o acesso ao sistema bancário formal tem um custo alto, o que leva os pequenos negociantes a optarem pelas modalidades informais de prestação de serviços financeiros. Segundo o autor, os mais pobres só conseguem desenvolver-se porque se apóiam na força das finanças informais. Mais que um setor, as finanças informais são a própria rede de relações sócio-econômicas de que dependem muitos indivíduos e suas famílias. O autor acredita, ainda, que a distância entre o sistema bancário formal e a grande massa da população seria explicada pela falta de demanda por serviços financeiros por parte daqueles que mal conseguem garantir as necessidades básicas à sua sobrevivência.

Historicamente, o Microcrédito teve seus primeiros passos no século XIX na Europa com o surgimento de cooperativas de crédito com o objetivo de ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir o crédito.

A Alemanha presenciou 1,4 milhões de pessoas atendidas pelas cooperativas de crédito que, a partir daí, estenderam sua influência pela Irlanda e Itália, isso ainda nas primeiras décadas do século XX. A partir de então, houve uma rápida expansão da prática de microcrédito que, em 1946, já atingia 9 milhões de pessoas cooperadas em toda a Europa segundo Morduch (1999).

Foi, contudo, na década de 70 que a mais importante transformação na história do microcrédito ocorreu, em Bangladesh, constituindo o caso mais famoso de sua utilização no combate à pobreza. A tecnologia do microcrédito foi pioneiramente experimentada em larga escala em Bangladesh pelo fundador do Banco Grameen, Muhammad Yunus, professor da Universidade Chittagong que iniciou sua trajetória emprestando seu dinheiro pessoal a juros mais baixos do que os cobrados por agiotas e à base de confiança, sem exigência de garantias. Seus clientes iniciais eram mulheres pobres, que usavam o empréstimo para melhorar seu desempenho no trabalho e se comprometiam a devolver o dinheiro, retribuindo a confiança nelas depositada.

O professor Muhammad Yunus decidiu realizar um trabalho de pesquisa a fim de encontrar possíveis soluções para a miséria em seu país. Realizou inúmeras visitas nas casas de famílias pobres. Yunus se impressionou com a situação nessas casas, principalmente das mulheres que conseguiam sustentar suas famílias enfrentando as dificuldades de escapar da miséria.

Com o intuito de mudar esta situação e percebendo que estas pessoas não teriam a mínima possibilidade de serem atendidas por um banco comercial, o professor Yunus emprestou quantias a grupos de tomadores de crédito em pequenos montantes, exigindo o compromisso do reembolso quando o grupo estivesse em condições de fazê-lo.

Conforme observado por Vilhena (2007), o Banco Grameen oferece empréstimos a grupos solidários, formados por cinco pessoas, sendo seus componentes principalmente mulheres. A experiência mostra que as mulheres são melhores pagadoras do que os homens e mais responsáveis em reinvestir para o empreendimento ou investir a renda com a família e não para uso pessoal. Foi observado também que um dos fatores que faz das mulheres melhores pagadoras é que elas permanecem mais tempo em casa, de modo que os agentes de crédito conseguem encontrá-las com maior facilidade.

O sucesso do impacto do microcrédito na população de Bangladesh fez com que o modelo proposto pelo Banco Grameen começasse a se espalhar para o mundo todo.

Segundo Rosa (1998), o microcrédito propicia o desenvolvimento justamente a uma camada da sociedade e parcela da economia mais merecedora de atenção. O microcrédito redonda em uma alternativa para atender aqueles microempresários que estão fora do mercado formal de crédito, porque não podem corresponder às exigências de documentos, não têm garantias reais e o tamanho do negócio está aquém do exigido pelos programas oficiais de financiamento. Assim, suas principais fontes de financiamento são os agiotas ou fornecedores.

Para Yunus (2000) o acesso ao crédito é uma estratégia ao desenvolvimento local. De acordo com o autor e pioneiro nesse campo, é necessário construir e criar instituições para ajudar os empreendedores, porque são eles que “fazem as coisas acontecerem”, ou seja, o desenvolvimento regional se deve aos empreendedores locais.

Giddens (1996) afirma que a grande maioria da população mundial trabalha no segmento informal da economia. Tratam-se de pequenos empreendedores, proprietários de micronegócios com até cinco empregados, inclusive agricultores familiares e trabalhadores autônomos, a grande maioria com baixa renda, baixo nível educacional e falta de proteção social.

Na conceituação de Franco (2000), o desenvolvimento local possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir vocações locais e despertar suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.

A maioria dos programas de microcrédito está voltado para as microempresas e microempreendedores já em atuação no mercado e também aos que ainda pretendem abrir novos negócios (Rhyne, 1994). Quando um empreendimento já está estabelecido no mercado, ainda que seu funcionamento seja informal, seus empreendedores já adquiriram experiência em suas atividades, já aprenderam a fazer funcionar seus pequenos negócios, conhecem suas áreas de atuação e, portanto, ultrapassaram uma série de barreiras críticas, sendo a falta de acesso ao capital apenas mais uma a ser enfrentada. Dessa maneira, o microcrédito é fundamental no momento do empreendimento em que sua sustentabilidade está em jogo, seja para o novo estabelecimento ou para o já em funcionamento.

As principais características dos programas bem sucedidos de microcrédito, segundo Rhyne (1994) são:

- A criação de grupos de pessoas que tomam emprestado juntas e se responsabilizam conjuntamente pelo pagamento das dívidas. Essas pessoas acabam endossando o empreendimento umas das outras e terminam por construir uma comunidade empreendedora inter-relacionada;
- O contato direto dos agentes do banco com a realidade e ambiente do empreendedor, em um sistema pouco dependente de agências físicas, mas com muitos agentes representativos;
- Empréstimos de baixos valores e progressivos de acordo com a adimplência do empreendimento;
- A flexibilidade das formas e datas dos pagamentos frente a choques exógenos;

- E juros não subsidiados, embora competitivos; há a orientação básica de não subsidiar os empréstimos ou ter uma mentalidade de perdoo-los.

O contato direto, mencionado acima, tem papel essencial para a obtenção de dados, identificação de situações e detecção de sinais de perigo que só podem ser observados no local e que, às vezes, podem complementar os números que são vistos nos demonstrativos financeiros, ou mesmo antecipar possíveis problemas. Esse contato direto é fundamental para a sustentabilidade do empreendimento.

### **2.1.2 História do Microcrédito No Brasil**

A história do microcrédito no Brasil inicia-se em 1973 com a criação do Programa UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, por iniciativa e com assessoria técnica da Acción Internacional, uma organização sem fins lucrativos que utiliza as microfinanças como instrumento para combater a pobreza e que envolvia a participação de entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia. A UNO foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação para microempreendimentos populares, particularmente no setor informal. Tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos (Antunes, 1994).

O maior programa de microcrédito brasileiro é o CrediAmigo, que é também um dos maiores da América Latina, segundo dados do BID (2000).

Quando se trata de financiamentos de longo prazo, a demanda é provida por bancos públicos por meio de linhas de financiamento especialmente desenhadas para promover atividades econômicas. Esses programas têm como taxa básica a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), definida periodicamente pelo governo, que tem variação de 10% e 15% ao ano.

A mesma lógica é aplicada ao financiamento para microempresas, que é operado em maior escala por bancos estatais, mediante programas especiais que têm, como fonte de recursos, fundos constitucionais que praticam taxa de juros reduzidas. São exemplos dessa modalidade de *funding* o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os Fundos de Desenvolvimento Regionais – FNE para o Nordeste, FNO para a região Norte e FCO para a região Centro-Oeste.

A despeito da boa intenção e dos esforços dos bancos públicos para canalizar recursos para as micro e pequenas empresas, essas instituições enfrentam barreiras de ordem organizacional, cultural e política que comprometem a eficiência e eficácia no nível de planejamento, implementação e acompanhamento das políticas de crédito dirigidas ao segmento mais baixo da pirâmide empresarial (Soares, 2000).

Soares (2000) oferece uma avaliação da eficácia do Proger-FAT (Programa de Geração de Empregos em associação com o Fundo de Amparo ao Trabalhador); até 1997 revela que houve ampliação do acesso ao crédito, pois 78% dos beneficiários tiveram sua primeira experiência no gênero. No entanto, 60% deles não pertenciam à categoria de baixa renda mas, sim, às características B e C de consumo. A maioria tinha nível de instrução acima da média observada para a população urbana. A destinação mais freqüente dos recursos obtidos foi a aquisição de máquinas e equipamentos, matérias-primas e mercadorias. O impacto inicial na geração de trabalho foi positivo, embora não haja informações sobre a sustentabilidade dos empreendimentos financiados nem do nível de inadimplência junto aos bancos.

Christen (2000) afirma que vem-se configurando a chamada “comercialização das microfinanças”, que se encaminha por dois processos distintos, ainda não suficientemente estudados na literatura. Em uma das vias, bancos convencionais, tanto públicos, quanto privados, assim como novos atores da iniciativa privada, passam a olhar com interesse para o segmento, descobrindo nele um mercado promissor para negócios. Na outra, organizações não

governamentais se especializam e ampliam suas operações requerendo estruturas financeiras bancárias para viabilizar sua expansão.

Conforme levantamento realizado pelo SEBRAE (2007) feito em 25 Estados e divulgados em agosto de 1997, há pelo menos R\$1 bilhão investidos em micro e pequenas empresas no país. O estudo mostra que 80% dos dirigentes de empresas que procuram o SEBRAE e necessitam de capital de giro para seus negócios. O estudo mostra também que 68% dos gestores obtêm crédito através das linhas normais de crédito dos bancos, 16% por cheque especial, 13% por cheques pré-datados e 12% através de desconto de duplicatas.

Segundo estimativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1999) existiam 47 organizações microfinanceiras no país, ao final de 1999, das quais 24 estavam sendo apoiadas pelo banco. Essas organizações tinham ao todo R\$100 milhões em carteiras de empréstimos e cerca de 80 mil clientes ativos, quase metade deles ligados ao Programa Crediamigo do Banco do Nordeste. Essa estimativa não inclui dados sobre as SCM (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor) nem sobre cooperativas de crédito solidário.

Por meio de observações de dados do Banco Central – BACEN elaboradas por Bittencourt (2001), constata-se que havia 14 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) registradas em 2001, a maioria delas formadas para operar em áreas urbanas.

Abaixo seguem listados os programas de microcrédito no país de maior alcance; o de maior destaque é o Crediamigo, projeto de Microcrédito do Banco do Nordeste com a metodologia do aval solidário, que consiste na união de um grupo de empreendedores, interessados em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações. Existem inúmeros projetos espalhados no país com a finalidade de proporcionar crédito aos pequenos empreendedores. Citamos alguns deles: Programa Uno, Banco da Mulher, Portosol, Vivacred, Crediamigo, Programa Sebrae de Microcrédito, Conselho da Comunidade Solidária, O Programa de Crédito Produtivo Popular, CEAPE e Banco do Povo.

### **2.1.3 Microcrédito Produtivo Orientado**

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, conhecido também por sua sigla PNMPO, foi criado pelo Governo Federal em 2005 e, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado o atendimento ao empreendedor. Deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestação de orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento.

No período de vigência do contrato, deve-se ter contato com o empreendedor, visando o seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como o crescimento e sustentabilidade da atividade econômica. O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este (Ministério do Trabalho e Emprego, 2007).

Segundo esse Ministério, o Programa tem como meta não só o serviço de financiamento, mas também a de orientação de planejamento e gestão aos micro e pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, que comprovem a atividade.

De Paula (2001), observa que uma das estratégias de planejamento e gestão compartilhada que mais têm se difundido no país, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e

não governamentais, é uma estratégia de indução de desenvolvimento local, fundamentando sua estratégia em aspectos como a participação organizada na comunidade local.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2007), o Microcrédito Produtivo Orientado é um programa com alto potencial de impacto positivo para as comunidades menos privilegiadas. Por intermédio do SEBRAE, o programa é realizado pelas operadoras de microcrédito, tendo o agente de crédito como o elo entre o empreendedor e a cooperativa, tal que tem a função de fazer o levantamento socioeconômico e financeiro, ou seja, coleta de informações do negócio bem como identificar pontos essenciais para a facilitação da gestão. Essas informações são encaminhadas ao comitê de crédito da operadora de microcrédito para avaliação. É destinado a empreendedores que precisam de pequenos valores financeiros e sem burocracia mas, distintamente, que estejam receptivos a idéia de acolher orientação externa voltada a ampliação ou melhoria do empreendimento.

## **2.2. Impactos do Microcrédito**

### **2.2.1 Microcrédito como Ferramenta de Geração de Emprego e Renda**

A pobreza está intimamente relacionada ao desempenho do mercado de trabalho, tanto no que se refere à capacidade de absorção da mão-de-obra, quanto aos rendimentos dele provenientes. Essa constatação tem conduzido governos nacionais a combaterem, sistematicamente, através de políticas e programas, o desemprego e os baixos níveis de rendimentos de vários segmentos do mercado de trabalho, visando, com isso, reduzir a pobreza.

A renda dos trabalhadores poderá ser alterada via transferências ou aumentos nos salários dos ocupados. Para tanto, destacam-se três conjuntos de políticas, conforme discutido por Barros (2000):

a) políticas compensatórias - objetivam a transferência de renda a um conjunto de trabalhadores desempregados ou de baixa renda, como por exemplo, o seguro desemprego, o abono salarial e as frentes de trabalho;

b) políticas distributivas - visam influenciar os preços de mercado até que o valor do capital humano da população pobre se eleve, ou que os preços dos bens prioritariamente consumidos pelos pobres sejam reduzidos. Dão-se por meio da influência direta sobre os salários dos trabalhadores ocupados, via legislação específica. Como exemplo, destacam-se as políticas de salário mínimo, os pisos salariais e as políticas de indexação salarial;

c) políticas estruturais - voltadas para a redução do desemprego e o aumento da produtividade, como por exemplo a provisão subsidiada de intermediação de mão-de-obra, a provisão subsidiada de treinamento e os programas de microcrédito.

O terceiro conjunto de políticas descrito acima oferece que uma possível forma de diversificação de renda poderia ocorrer pelo maior acesso a recursos financeiros. É nessa perspectiva que se insere o microcrédito, como uma forma de ampliação da renda da parcela da população menos favorecida. Nesse sentido, nos últimos cinco anos, as instituições de microcrédito cresceram e se tornaram uma das formas de intervenção pública preferida entre agências internacionais de desenvolvimento.

### **2.2.2 Análise sobre Pobreza**

Na abordagem da pobreza como privação relativa (Lustosa, 1989), é levado em consideração os grupos sociais que não têm acesso aos meios de subsistência disponíveis para a maioria da população. A privação relativa, portanto, representa uma situação de desvantagens na distribuição. O conceito de pobreza, neste caso, é estabelecido em função de um padrão médio de vida.

Lustosa (1989) define pobreza como uma combinação de critérios absolutos e relativos, dependendo da natureza da sociedade em estudo. Deve prevalecer o padrão absoluto

em áreas onde a maioria da população é carente e, portanto, nem os valores médios dos atributos selecionados podem ser considerados satisfatórios. Quando o padrão de vida é mais alto, padrões relativos se tornam adequados, podendo ser usados, implicitamente, na determinação de um padrão absoluto ou, explicitamente, na designação da base da distribuição como pobre. Nos estudos feitos pelo autor, é evidenciado que, para se obter a dimensão de pobreza, deve-se ressaltar a importância de se perceber que esse fenômeno não pode ser desvinculado do sistema socioeconômico em que se insere. É necessário, portanto, que seja relacionado às suas origens histórico-estruturais, à distribuição da propriedade e da renda, ao acesso a meios de produção e financiamento de iniciativas de sustentabilidade e à concentração do poder político e econômico. Só a partir da consideração desses aspectos relevantes é que se construirão condições para investigação das verdadeiras causas da pobreza e das possíveis maneiras de erradicá-la.

### **2.2.3. Microcrédito como Desenvolvimento Econômico**

Para que o índice de crescimento tenha efeito sobre a redução da pobreza, deve-se considerar o efeito desse crescimento sobre a distribuição de renda e as desigualdades iniciais de renda, recursos e acesso a oportunidades que habilitem os pobres a compartilhar o crescimento, pois quanto menores os índices de desigualdade, maior a possibilidade de redução da pobreza, via aumento das taxas de crescimento.

No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2000/2001) revela-se que o modo pelo qual o crescimento afeta a pobreza depende de como a renda adicional gerada pelo crescimento é distribuída no país. Se o crescimento econômico for acompanhado de aumento na parcela de renda auferida pelos mais pobres, as rendas dos pobres crescerão mais depressa do que as rendas médias.

Algumas políticas macroeconômicas podem contribuir para a melhor distribuição de renda entre os pobres. A estabilização, após uma inflação alta, por exemplo, tende a favorecer desproporcionalmente os pobres. O desenvolvimento financeiro também favorece o crescimento e pode reduzir a desigualdade de renda ao melhorar o acesso ao crédito.

Teorias previamente estabelecidas defendiam que o efeito da desigualdade sobre o crescimento seria o de elevação do próprio grau de desigualdade. Isso se dá na situação em que a renda dos pobres pode ser redistribuída para os ricos, que poupam. Assim, mais crescimento estaria ligado a mais desigualdade, causando o aumento deste efeito sobre os pobres, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2000/2001)

Teorias mais recentes sugerem que uma menor desigualdade pode aumentar a eficiência e o crescimento econômico, por meio de uma variedade de canais. Observa-se que à medida em que a desigualdade de renda ou de recursos coexiste com mercados de crédito imperfeitos, os pobres, talvez, não possam investir no seu capital humano e físico, com conseqüências adversas para o crescimento a longo prazo.

Os pobres devem ser orientados no sentido de acumular recursos, sendo esta a fonte principal de expansão de suas oportunidades econômicas. Estes devem ter fácil acesso a recursos básicos, como saúde e educação, que exercem efeitos indiretos sobre o bem-estar material, terra ou sua propriedade, infra-estrutura e serviços financeiros, considerados importantes para as perspectivas materiais dos pobres (Barros, 2000). Os recursos sociais, incluindo as redes sociais, também desempenham um papel importante.

### **2.2.4. Microcrédito como ferramenta de inclusão e mobilidade social**

O Microcrédito é uma eficiente ferramenta de inclusão econômica e social das populações empreendedoras mais carentes, visto que, dada a sua metodologia adequada e aplicada para esse público, tem uma grande capacidade de alcance. Também, tem sua relevância estratégica, uma vez que é propiciada a inclusão do microempreendedor no sistema financeiro.



O Microcrédito surgiu no contexto do mundo atual de desigualdades e de contradições, no qual a tecnologia sofisticada da informação tem grande progressão de crescimento, ao mesmo tempo que pessoas sem capacitação não têm oportunidades para a reversão desse quadro. O microcrédito funciona como alternativa de combate à pobreza por meio de mecanismos de mercado, fazer chegar crédito e serviços financeiros a milhões de pessoas que deles necessitam para gerar renda.

A possibilidade de criar linhas especiais de crédito voltadas para o atendimento de pessoas que, historicamente, estiveram excluídas desse tipo de apoio e que pretendem inserir-se no processo produtivo tem elevado o microcrédito ao patamar das políticas de inclusão social e de retomada do crescimento econômico.

Os problemas enfrentados hoje pelo mundo do trabalho advêm da forma desregulada da concorrência, que por sua vez afeta também outros fatores que determinariam a geração de empregos, sejam eles de demanda, tecnológicos ou de mercado, afirma Mattoso (1996).

Segundo Giddens (1996) os programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens voltadas para a comunidade, permitindo uma participação mais democrática. Além de serem mais eficazes, afirma ainda que a formação de comunidades enfatiza mais as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em localidades de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, porém devem ser aplicados de forma a apoiar a iniciativa local. Para que não haja desvios dos objetivos principais dos programas de microcrédito, afim de impedir que a população excluída do sistema bancário caia nas mãos de agiotas, promover a criação e manutenção do auto-emprego e prosseguir com as operações indefinidamente, fazendo com que a instituição seja auto-sustentável, é necessário que as instituições concessionárias se baseiem nos seguintes pontos básicos conforme definido por Barone et alli (2002):

- Dar prioridade às populações que não têm acesso ao sistema bancário convencional;
- Possuir mentalidade não-assistencialista ou paternalista nas análises e concessões dos empréstimos;
- Concessões de créditos de pequenos valores;
- Deve-se estimular o espírito associativista e cooperativo entre os empreendedores. Uma das principais formas é através do aval solidário, que resulta na criação de uma rede de conhecimento e apoio mútuo, fomentando o capital social;
- A análise da concessão de crédito deve ser personalizada e deve estar de acordo com a capacidade de pagamento do cliente;
- Introdução de uma cultura educativa na tomada de crédito por meio do sistema de crédito orientado; os valores dos créditos devem ser liberados aos poucos, com prazos muito pequenos de pagamento das parcelas (semanais ou bissetimais);
- Acompanhamento e fiscalização constante de agentes de crédito, especialmente treinados para esse tipo de atividades;
- Os agentes devem procurar os clientes nas comunidades e não o inverso;
- Para aumentar a adesão e o sentimento de cooperação entre os agentes, incrementado a inserção dos tomadores numa comunidade cooperativa, deve haver um trabalho de sensibilização, educação e coordenação de tais agentes da comunidade, o qual deve ser realizado em conjunto pelo setor público, privado e o terceiro setor. Isso deverá conferir maior credibilidade para o programa, além de fortalecer os agentes envolvidos.

Para Zapata (2000), a inclusão, a mobilidade e o desenvolvimento social surgem na medida em que se é apresentada alternativas de inserção econômica e social, assim como de sustentabilidade ambiental e política.

Ainda segundo o contexto apresentado por Zapata (2000) a abordagem do microcrédito serve como um instrumento de apoio ao segmento de microempresas e de combate à pobreza, na medida em que estimula o empreendedorismo local. É justamente a ampliação dessa rede de oportunidades e de colaboração mútua na comunidade que faz com que esse segmento seja visto como estratégico e viável para a realização de negócios.

Para Ledgerwood (1988) a prestação de serviços de microfinanças eficientes, adequados e sustentáveis requer tecnologias financeiras, recursos humanos e estruturas gerenciais especializadas. Por essa razão acredita-se que há a necessidade de especialização e completa separação dos serviços microfinanceiros dos demais programas de apoio à microempresa, sejam de natureza organizacional, de capacitação ou de apoio à comercialização.

Para Christen, Rhyne e Vogel (1995), nos estudos relativos aos impactos de programas de microcrédito é visto que a simples disponibilização de serviços financeiros permanentes para os microempreendedores já produzem efeitos altamente positivos no nível de renda e de consumo da família, seja no nível de ativos dos negócios, ou no nível de autonomia pessoal e no nível da comunidade local.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Instrumento de Coleta de Dados**

O instrumento para coleta de dados para a pesquisa de campo é o roteiro para acesso aos dados socioeconômicos e demonstrativos financeiros de seis empresas do mesmo porte e segmento, participantes dos programas de Microcrédito Convencional e Microcrédito Produtivo Orientado através dos agentes de crédito do Banco do Povo de Santo André.

O roteiro para sistematização da coleta de dados foi formulado previamente à pesquisa. Foi feito um pré-teste do mesmo, no qual verificou-se que havia uma série de tipos de dados que não eram pertinentes ou que não seriam possíveis de se coletar (por exemplo, o grau de alavancagem). Por outro lado, havia disponibilidade de tipos de dados que redundariam em informações significativas depois da análise e que não haviam sido considerados no roteiro piloto (a exemplo de dados sobre a condição social e de educação formal do tomador). Procedeu-se, então, as adaptações necessárias no roteiro piloto de forma a constituir um instrumento adequado a uma coleta fluida e segura.

A instituição de crédito que disponibilizou os dados (Banco do Povo de Santo André) solicitou que não fossem divulgados os dados ou detalhes sobre os tipos de dados disponíveis. Segue abaixo, tão somente os grandes tópicos do roteiro utilizado para a coleta de informações das empresas analisadas: Dados sócio-familiares, Ramo de Atividade, Porte, Numero de funcionários, Tempo de atividade da empresa, Valor do crédito tomado, Objetivo do crédito, Balanço Financeiro, Demonstrativo Financeiro, Faturamento Mensal, Lucro Annual, Fluxo de Caixa, Informação sobre o capital, Despesas Operacionais, Receitas Financeiras, Receita Operacional, Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício e Melhoria pós-crédito.

A pesquisa foi de natureza descritiva com componentes exploratórios, “processo pelo qual os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” Bardin (1977).

O trabalho em pauta teve alguns componentes qualitativos quando da condução da parte exploratória, de formulação de um panorama global de funcionamento e práticas de uma atividade empresarial pouco estudada (a de microcrédito). Isso se deu através da formulação do referencial teórico e quando do levantamento sócio-familiar dos tomadores de crédito, bem como quando se fez entrevista com especialistas em microcrédito.

O foco metodológico principal do trabalho, contudo, foi o quantitativo, como se percebe a seguir.

A coleta e o tratamento dos dados desta pesquisa foi baseado no método quantitativo, para a realização de uma análise comparativa da situação financeira nos períodos de concessão de crédito para as empresas, para adequação ao cumprimento do objetivo da pesquisa. Esta decisão foi tomada com base na definição de Richardson (1999) que diz que o pesquisador deve buscar uma organização, isto é, criar um esquema operacional e sistematizado, para desenvolver suas idéias: Material de coleta, formulação de hipóteses e objetivos e preparação de indicadores. Procedeu-se um estudo quasi-experimental, uma vez que trata-se de estudo caso-controle (sendo o grupo experimental composto pelos tomadores de MPO e o grupo controle formado por tomadores de MC), em tempos anterior e posterior a tomada. Não se tratou de estudo experimental pois a amostra não foi estabelecida probabilisticamente.

Os materiais de coleta foram fornecidos através dos agentes de crédito para concessão da participação do programa, para comparar a relação entre Microcrédito Produtivo Orientado e Microcrédito convencional no desenvolvimento da pequena empresa tomadora do crédito, através dos resultados financeiros observados.

Quanto ao plano amostral, o estudo valeu-se de:

- ◆ **População:** Pequenos comerciantes do ramo de Bar e Merceria
- ◆ **Universo:** Comerciantes tomadores do Microcrédito Produtivo Orientado em Santo André.
- ◆ **Amostra:** foram analisados dados levantados de 6 empresas do mesmo ramo de atividade e mesmo porte, sendo que três destas são tomadoras do Microcrédito Convencional e as outras três do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Amostra por conveniencia, portanto não probabilística.
- ◆ **Extensão Geográfica:** Região de Santo André

Os documentos fornecidos foram analisados pessoalmente pelo grupo de pesquisa.

Esse tamanho de amostra foi considerado suficiente para a realização de uma análise quantitativa dos dados, considerando que foi realizada uma pesquisa comparativa com resultados financeiros expressos em valores reais em determinado intervalo de período. Contudo, faz-se necessário resalvar que as limitações de estudo nesta pesquisa estão relacionadas principalmente ao reduzido número de estabelecimentos estudados e pelo fato do fornecimento do contato das empresas tomadoras do microcrédito ter sido feito através de uma única instituição de crédito, o Banco do Povo de Santo André, o que pode gerar um considerável viés de amostra, comprometendo a possibilidade de generalização dos achados e conclusões da pesquisa. O Banco do Povo de Santo André forneceu aos pesquisadores o cadastro e documentação dos comércios tomadores de microcrédito.

#### **4. ANALISE DOS DADOS E RESULTADOS**

Com base nos dados pesquisados (dados sócio-econômicos e demonstrativos financeiros) e no referencial teórico desta pesquisa, percebe-se, na prática, que os tomadores de Microcredito são pessoas que vivem em extrema pobreza, sem estudos e que provêm do mercado informal. Estes empreendedores, no presente estudo, comerciantes, foram impulsionados a implantar um pequeno negócio em função do mercado de trabalho escasso. Entraram no ramo acidentalmente, por extrema necessidade de sobrevivência, sem obter noções básicas de como administrar e gerir seu próprio negócio; tampouco ambicionaram e planejaram um crescimento no pequeno empreendimento. São comerciantes que não

correspondem a exigências de documentos e garantias que os sistemas financeiros de crédito convencionais requerem.

Com relação à destinação dos recursos tomados pelos comerciantes analisados, foi observado, segundo as definições e caracterizações apresentadas no referencial teórico, a destinação exclusiva dos empréstimos para capital de giro para complementar as necessidades de caixa, implementar e continuar o negócio.

Os dados coletados foram embasados nos demonstrativos financeiros dos pequenos comerciantes da periferia da cidade de Santo André através do agente de crédito Banco do Povo de Santo André.

Observa-se que estes comerciantes não possuem planejamento estratégico do negócio; conduzem o negócio sem visão de desenvolvimento a médio ou longo prazo.

Quanto ao aspecto de mobilidade social, conforme citado no referencial teórico, no contexto das desigualdades com a tomada do crédito nos comércios pesquisados, nota-se que a renda média familiar destes comerciantes é de um salário mínimo, não havendo inicialmente qualquer oportunidade de investimento ou poupança; infelizmente, esse quadro permaneceu virtualmente inalterado após a contração do microcrédito.

Os comércios analisados não geram números significantes na economia. Estas pessoas continuam pobres, pois todos os negócios mostraram melhoria de resultados no primeiro empréstimo, porém do segundo em diante não houve melhorias consideráveis (Tabela 1), ocorrendo pioras em alguns casos. Este fato é notado tanto no Resultado Operacional quanto na composição da Renda Familiar do “empreendedor”.

Conforme visto no referencial teórico, concernente aos impactos causados pelo microcrédito relativos a democratização de acesso ao capital, foram criadas instituições como o Banco do Povo que têm como público alvo pequenos comerciantes que antes tinham, como fonte financiadora, agiotas ou fornecedores.

Para obter-se tais conclusões foi realizado uma análise das demonstrações dos resultados das empresas tomadoras de Microcrédito e Microcrédito Produtivo Orientado com fontes cedidas pelo Banco do Povo de Santo André.

O programa de Microcrédito Produtivo Orientado e Microcrédito do Banco do Povo, fonte da qual foram os coletados os dados para esta pesquisa, tem sua divulgação a clientes potenciais através de materiais distribuídos em feiras, mercados, bairros, favelas, igrejas, sindicatos, estações rodoviárias ou ferroviárias e na própria sede do Banco do Povo. Muitas vezes, para os agentes de crédito terem acesso a locais de risco, é necessário o contato com os líderes informais da comunidade e, até mesmo, que por vezes atuam à margem da legalidade. As análises são iniciadas a partir do preenchimento do formulário, pelo agente de crédito, que identifica as potencialidades e necessidades onde o pequeno negociante atua. São verificadas as garantias reais, e a partir destes dados recolhidos é elaborado o parecer técnico.

Neste formulário, portanto, são analisados as condições financeiras, a capacidade de pagamento, custos fixos e variáveis e a renda familiar do negociante, para melhor analisar os resultados e conceder o crédito. Só é possível medir o desenvolvimento do estabelecimento comercial se houver uma nova solicitação de empréstimo.

Para este estudo os pesquisadores tiveram acesso aos demonstrativos dos resultados, para investigar se o Microcrédito Produtivo Orientado em relação ao Microcrédito convencional provoca melhoria no desenvolvimento do pequeno negócio. Os índices utilizados para o estudo foram a receita operacional, margem de contribuição, custos fixos e variáveis, renda familiar disponível e por fim o resultado operacional das empresas tomadoras de Microcrédito convencional e Microcrédito Produtivo Orientado.

A Tabela 1 sintetiza a evolução em termos nominais dos indicadores financeiros entre o momento anterior à primeira tomada de crédito (T0), o momento entre a tomada do empréstimo ao segundo crédito (T1) e o período do segundo empréstimo ao final (T2). Estes

dados foram tomados todos nos mesmos períodos e mesmas quantidades de tomada de crédito.

## 5. CONCLUSÕES

Com base nos dados divulgados em revistas, jornal, sites institucionais, entendia-se que o Microcrédito Produtivo Orientado tratava-se de um programa que tem como principal objetivo estatutário facilitar o acesso de pequenos e micro empreendedores, formais ou informais ao crédito sem burocracia, a fim de equilibrar o desenvolvimento socioeconômico, assegurando a orientação de planejamento e gestão e a promoção e a evolução do negócio.

Observou-se, após a coleta e análise dos dados, que o perfil dos públicos-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado e do Microcrédito Convencional, ou seja, sem acompanhamento do negócio, são muito pouco diferenciados.

Faz parte do público-alvo do Microcrédito Convencional e do Microcrédito Produtivo Orientado pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e os mais excluídos socialmente. Na grande maioria, essas pessoas possuem baixa escolaridade. Não têm o chamado “espírito empreendedor”, estão nesse mercado devido à falta de oportunidade no mercado formal, ou seja, uma fuga do desemprego.

Notou-se também que os agentes têm como principal foco atender e gerar demanda, bem como viabilizar os encaminhamentos necessários para que os micro e pequenos empreendedores busquem financiamento junto às instituições de microcrédito.

As análises de microcrédito que, no caso deste estudo, provêm de agentes do Banco do Povo de Santo André, são feitas de maneira ampla, pois é considerado não só os aspectos de capacidade financeira mas, também, e principalmente, o caráter, as condições sócio-familiares, o conhecimento e a experiência do proponente. Desta forma, são analisados aspectos pessoais do empreendedor, sua família, histórico do empreendimento. Na inexistência de documentos formais comprobatórios do quadro relatado pelo tomador e identificado pelo agente de crédito, é realizada uma pesquisa através da vizinhança sobre as referências pessoais e do estabelecimento. Todo esse trabalho pessoal contribui para a diminuição da inadimplência e para a checagem da pertinência do crédito, do ponto de vista de contribuição à comunidade.

As pesquisadoras perceberam que, embora o trabalho prévio ao crédito seja conduzido de forma extremamente criteriosa e responsável, o componente “Orientado” da modalidade Microcrédito Produtivo Orientado não se observa na prática. No caso do Banco do Povo, o agente é encarregado de tão somente fazer visitas de acompanhamento periódicas nos estabelecimentos para a verificação da aplicação dos recursos recebidos.

Vale ressaltar que, inicialmente, no Banco do Povo, existia um programa de assessoria de gestão e planejamento para os pequenos negócios. Porém não houve continuidade na prática do programa, por decisão da gestão do então Prefeito Celso Daniel, em virtude dos tomadores de crédito atribuírem todas as dificuldades do negócio à orientação que era recebida dos agentes do Banco do Povo de Santo André, culpando a assessoria pelo insucesso de seus empreendimentos.

Com base nos demonstrativos dos resultados analisados através da coleta de dados, percebe-se que os resultados dos micronegócios que contraíram Microcrédito Produtivo Orientado e aqueles que tomaram Microcrédito Convencional não diferem significativamente.

Notou-se na análise dos dados uma discrepância com relação à hipótese da pesquisa e ao esperado, em função do referencial teórico, ou seja, que a orientação, própria à modalidade microcrédito produtivo orientado, redundasse numa diferença entre os resultados financeiros em T1 (depois do crédito) e T0 (antes do crédito) mais evidente e importante do que a diferença observada entre T1 e T0 para os negócios que contraíram microcrédito convencional. De fato, há a melhora nos índices de resultados para o tomador no primeiro

crédito, porém na continuidade do processo, o tomador, nos casos analisados, o pequeno proprietário de bar e mercearia, não consegue manter a estabilidade e um possível crescimento do negócio. Conseqüentemente, nota-se já na análise para o novo crédito, que seus resultados experimentaram piora, muitas vezes voltando ao mesmo patamar do momento anterior ao primeiro crédito e, em algumas firmas, até mesmo declínio (conforme Tabela 1).

Com base na análise da amostra estudada, observa-se que não existem diferenças significativas nos resultados entre as empresas optantes pelo Microcrédito Produtivo Orientado e o Microcrédito Convencional.

Esta constatação provocou um certo desapontamento por parte dos pesquisadores com relação aos resultados, pois tinham como expectativa encontrar um impacto positivo do Microcrédito Produtivo Orientado na região atendida, tanto em termos de geração de emprego, de desenvolvimento econômico da comunidade, de aumento da mobilidade social, de diminuição da cultura assistencialista e, fundamentalmente, na diminuição da pobreza, pela observação de resultados financeiros melhorados. Contudo, infelizmente, não foram observados estes impactos. Notou-se, inclusive que as condições de qualidade de vida das pessoas permaneceram precárias, através da análise intrínseca de alguns indicadores, como por exemplo o fato de os chefes de família continuarem a viver com renda média de um salário mínimo.

Isto se deve, possivelmente, porque no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, contrariamente ao apontado pela teoria e pela Lei, a *orientação* não existe na prática, o negócio não é guiado à expansão com sustentabilidade e profissionalismo. É, sim, efetuado um acompanhamento, desde a solicitação do crédito até a última parcela do empréstimo, mas meramente para que se assegure que o valor solicitado seja realmente utilizado para os verdadeiros fins apresentados como justificativa para o pleito do empréstimo. Não existe, contudo, uma orientação para um melhor aproveitamento desses recursos do ponto de vista empresarial.

As evidências empíricas dessa pesquisa levam os pesquisadores à constatação de que o Microcrédito Produtivo Orientado é um projeto social, que tem por finalidade o combate à exclusão social, tendo como principal objetivo estatutário facilitar o acesso de pequenos empreendedores formais ou informais ao crédito sem burocracia, afim de equilibrar o desenvolvimento sócio-econômico, mas que seu principal diferencial, qual seja, o de oferecer orientação ao micro-empendedor, não se verifica na prática. Dessa forma, consideradas as limitações da pesquisa, pode-se concluir que o Microcrédito Produtivo Orientado, tal com é praticado atualmente, não gera desenvolvimento da pequena empresa.

## 6. TABELA

**Tabela 1** - Demonstrativo dos Indicadores Financeiros dos empreendimentos da amostra

INDICADORES	Tomadores de Microcrédito Convencional			Tomadores de Microcrédito Produtivo Orientado			
	Períodos de Emprestimo	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Empresa 4	Empresa 5	Empresa 6
MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS	T0	R\$ 100,00	R\$ 3.200,00		R\$ 100,00	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
	T1	R\$ 100,00	R\$ 3.200,00		R\$ 1.000,00	R\$ 2.680,00	R\$ 1.700,00
		0	0		900	235	6
	T1	R\$ 100,00	R\$ 3.200,00	R\$ 1.480,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.680,00	R\$ 1.700,00
	T2	R\$ 1.600,00	R\$ 350,00	R\$ 2.080,00	R\$ 2.210,00	R\$ 2.680,00	R\$ 2.300,00
	Var (%)	1500	-70	41	121		35
RECEITA OPERACIONAL	T0	R\$ 559,00	R\$ 3.305,00		R\$ 502,00	R\$ 396,00	R\$ 1.275,00
	T1	R\$ 845,00	R\$ 3.236,00		R\$ 1.520,00	R\$ 2.170,00	R\$ 1.710,00
	Var (%)	51	-2		203	118	34
	T1	R\$ 845,00	R\$ 3.236,00	R\$ 2.715,25	R\$ 1.520,00		R\$ 1.710,00
	T2	R\$ 640,00	R\$ 2.218,40	R\$ 3.553,00	R\$ 1.300,00		R\$ 1.380,00
	Var (%)	-24	-31	31	-14		16
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	T0	R\$ 263,30	R\$ 810,00		R\$ 303,64	R\$ 432,77	R\$ 772,60
	T1	R\$ 531,05	R\$ 1.183,16		R\$ 1.220,00	R\$ 1.005,56	R\$ 319,00
	Var (%)	124	47		302	104	19
	T1	R\$ 531,05	R\$ 1.183,16	R\$ 615,00	R\$ 1.220,00	R\$ 432,77	R\$ 319,00
	T2	R\$ 426,80	R\$ 660,15	R\$ 1.406,00	R\$ 800,00	R\$ 1.005,00	R\$ 304,00
	Var (%)	-27	-44	129	-34	104	-2
RENDA FAMILIAR DISPONÍVEL	T0	R\$ 402,40	R\$ 4,00		R\$ 3,20	R\$ 800,00	R\$ 544,00
	T1	R\$ 508,40	R\$ 344,00		R\$ 505,00	R\$ 780,00	R\$ 392,00
		26	8500		15681	-3	-28
	T1	R\$ 508,40	R\$ 344,00	R\$ 480,00	R\$ 505,00		R\$ 392,00
	T2	R\$ 19,60	R\$ 18,00	R\$ 550,00	R\$ 271,00		R\$ 132,00
	Var (%)	-96	-95	15	-46		-51
RESULTADO OPERACIONAL	T0	R\$ 148,40	R\$ 180,00		R\$ 72,64	R\$ 396,00	R\$ 352,60
	T1	R\$ 343,55	R\$ 317,66		R\$ 485,00	R\$ 2.170,00	R\$ 394,00
	Var (%)	57,55	76		568	118	12
	T1	R\$ 343,55	R\$ 317,66	R\$ 273,27	R\$ 485,00		R\$ 394,00
	T2	R\$ 113,80	R\$ 187,65	R\$ 587,00	R\$ 380,00		R\$ 583,00
	Var (%)	-207,16	-41	110	-22		49

Fonte: ELABORADO PELOS AUTORES, 2007.

**Legenda:** T0 = Período Pré Crédito

T1 = Período Pós Crédito

T2 = Período entre o pós e último Crédito

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (org). A densa vida financeira das famílias pobres. In: **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. Primeira Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2004. Cap. 1. p. 21-67.
- ANTUNES, L.M, Engel, Manual de Administração Rural, Gualba, Livraria e Editora. Agropecuária, 1994.
- ASSUNÇÃO, José Arthur. Artigo: O Microcrédito precisa sair do papel. Em Suporte Bancário, 2006.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. P. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho**. Brasília: IPEA, 2001.
- BARROS, Ricardo P. HENRIQUES, R. MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, Ricardo (org). Desigualdade e

- pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BARONE, Francisco Marcelo, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi, REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: BCB, 2002.
- BANCO MUNDIAL (Schonberger) Brasil: uma avaliação da pobreza. In: **A Situação das Microfinanças no Brasil**. BNDES-BID,2000.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: **luta contra pobreza**.
- BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 1999. Disponível em : [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em 05 fev.2007.
- BARDIN, L.: Análise de Conteúdo, 70 ed., Lisboa, 1977.
- BITTENCOURT, Gilson. **Cooperativas de crédito solidário** – Constituição e funcionamento. Estudos NEAD, nº4, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Brasília, 2001.
- BÚRIGO, Fábio L. **Microfinanciamentos aplicados ao desenvolvimento local**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2001.
- CHRISTEN, Robert. Commercialization and Mission Drift – **The Transformation of Microfinance in Latin América**. Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP., Washington, DC, 2000.
- CHRISTEN, R. P., RHYNE, E., VOGEL, R.C, MCKEAN, C. **Maximizing the Outreach of Microenterprise Finance: An Analysis of Successful Microfinance Programs**. Program and Operations Assessment Report No. 10. United States Agency for International Development (USAID). 1995.
- DE PAULA, Juarez.**Desenvolvimento e gestão compartilhada**. In: SILVEIRA,Caio Márcio;REIS,Liliane Costa. Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias.Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz,2001.
- DIAS, Wilson. **Crédito Cooperativo para o Desenvolvimento local** – A experiência da Bahia, FIPE/USP, São Paulo, 2000.
- FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Brasília: MILLENNIM, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Editora da Unes, 1996.
- GOLDMARK, Lara e outros. **A situação das microfinanças no Brasil**, Projeto BNDES-BID de Microfinanças, mimeo. Rio de Janeiro, 2000.
- GULLI, H. **Microfinance and Poverty: Questioning the Conventional Wisdom**, Biblioteca Digital de la Iniciativa Interamericana de Capital Social, Etica y Desarrollo del Banco Interamericano de Desarrollo (BID),1998.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEDGERWOOD, J. **Microfinance Handbook: na instucional na financial perspective**. Washington D.C.: World Bank, 1998.
- LEONE, G.G. Curso de Contabilidade de Custos, São Paulo, Editora Atlas, 1997.
- LUSTOSA, T. Q., FIGUEIREDO, J. B. B. **Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989. 59p.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3° ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MATTOSO, JORGE EDUARDO LEVI . **Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios**. IN: Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.) **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego (MET). Disponível em <<http://www.mte.gov.br/pnmpo>>. Acesso em 20 mar.2007.



- MORDUCH, Jonathan. The microfinance promise. *Journal of Economic Literature (JEL)*. v. XXXVII, 1999.
- PARENTE, Silvana. Microcredit Policy as a Financial Market Mechanism to Reduce Poverty – The Experience of the Banco do Nordeste in Brazil”, estudo preparado sob os auspícios de Community Based Financial Institution Course in Harvard University, mimeo. Cambridge, MA, 2000.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**. 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 1999.
- ROSA, Antônio L. T. da. **Microcrédito: Possibilidades e limitações**. Texto para discussão n.º 172. Fortaleza, Universidade Federal do Ceara, 1998.
- RHYNE, Elisabeth. **The New World of Microenterprise finance**: Building healthy financial institutions for the poor: Kumarian, 1994.
- SCHREINER, Mark. Informal Finance and the Design of Microfinance, *Development in Practice*. Vol. 11., n. 5, p. 637-640, 2001.
- SOARES, Marden Marques. **Microcrédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2000.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, trabalha desde 1972 pelo desenvolvimento sustentável das empresas de pequeno porte. Disponível em: <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Acesso em 27 abril 2007.
- SOUZA, Lazaro E. Crédito para todos. **Pequenas Empresas Grandes Negócios**, Editora Globo, São Paulo, ano XIV, nº 159, abril-2002.
- VILHENA, M. Conheça o Grameen Bank. Entrevista concedida à comitiva brasileira em Blangadesh, junho de 2001. Disponível em:< [www.portaldomicrocrédito.org.br](http://www.portaldomicrocrédito.org.br)>. Acesso em 14 out.2006.
- YUNUS, Muhammad. **Banker to the Poor: Microlending and the Battle Against World Poverty**. Washington: Ourum Press, 1998 [tradução brasileira: O banqueiro dos pobres: Ática, 2000.
- ZAPATA, T. et alli. (2000) **Desenvolvimeto Local: Estratégias e Fundamentos Metodológicos**. In: SILVEIRA, C. M. & REIS, L. C. (orgs.) *Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias*. Rio de Janeiro: Rede Delis.